



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

ACÓRDÃO
8ª TURMA

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DE
TRABALHO. FALECIMENTO DO
TRABALHADOR. AÇÃO MOVIDA PELO
CÔNJUGE. Tendo a Autora, movido a ação em nome próprio e pleiteando direito próprio, qual seja, a concessão de danos morais e materiais em virtude do falecimento do seu cônjuge em virtude de acidente de trabalho, o prazo prescricional a ser considerado deve ser o previsto no art. 205, do Código Civil, e não o bienal trabalhista, previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição da República e art. 11, I, da CLT.

Recorrente: **Ana Lúcia Almeida Silva**
Jonas Almeida Santana
Diogo D' Artangnan Almeida Santana

Recorrido: **Oceânica Serviços Técnicos Submarinos Ltda.**
Sul América – Cia Nacional de Seguros S/A

Relatora: **Giselle Bondim Lopes Ribeiro**

Trata-se de recurso ordinário interposto pela Autora, que se insurge contra sentença da 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, proferida pelo juiz André Gustavo Bittencourt Villela às fls. 545/546, que julgou improcedentes os pedidos formulados, com embargos declaratórios rejeitados às fls. 553.

A Autora argui, no mérito, que o prazo prescricional a ser considerado, na presente ação de reparação de danos, materiais e morais, decorrente de relação de



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

trabalho, deve ser o cível e não o trabalhista, tendo em vista que quando da extinção do vínculo empregatício do trabalhador, cônjuge da Autora, não havia sido editada ainda a EC 45/04, e que, portanto, não poderia ser levado em consideração o marco prescricional trabalhista, visto que a competência ainda seria da justiça comum e a prescrição a ser observada a cível. Ou seja, alega que, em atenção ao presente prazo, não houve prescrição, e nesse ponto, pugna pela reforma da sentença.

Dispensado o recolhimento das custas, ante a gratuidade de justiça.

As Rés apresentam contrarrazões às fls. 565/571 e 575/581. Pugnam pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

Por satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, analisa-se o recurso.

Prescrição total e extintiva de danos morais

Insurge-se a Autora contra a sentença que acatou a arguição de prescrição extintiva. A situação concreta é a seguinte: alega que seu cônjuge, no curso do contrato de emprego, foi acometido por Hepatite C, causada, segundo entende, pelas situações laborais às quais estava submetido, e da qual derivaram agravamentos que culminaram com o seu óbito, em 13/01/2005. Anteriormente, o empregado já havia sido dispensado da empresa, mais precisamente em 18/06/2003. Com efeito, a ação de reparação somente foi ajuizada em 09/08/2007,



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

isto é, mais de quatro anos após a dispensa, e após mais de dois anos do falecimento.

Veja-se que, conforme consta dos autos, o fato gerador da presente ação foi o falecimento do empregado, tanto que são seus dependentes que movem a ação. Em que pese a extinção do vínculo empregatício ter se dado anteriormente ao advento da EC 45/04, o óbito somente ocorreu em 2005, ou seja, após a edição da referida emenda constitucional.

Assim, a prescrição a ser aplicada à hipótese em exame é a do Código Civil, não existindo sentido em aplicar-se aos herdeiros do empregado falecido o prazo bienal específico para os contratos de emprego.

E tal prazo, no caso, é decenal, conforme estabelece o art. 205 do Código Civil, genericamente, na medida em que não há um prazo específico para ações que buscam ressarcimento de direitos personalíssimos, inerentes à dignidade da pessoa humana, protegidos pela Constituição Federal.

Neste sentido, reproduz-se trecho de Acórdão unânime proferido pela 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região:

“Os danos decorrentes de lesões à integridade física, moral e psicológica do indivíduo atingem direitos personalíssimos atávicos à dignidade da pessoa humana (CRFB, art. 5º, incs. V e X, c.c. o art. 1º, inc. III). Assim, entendo que os direitos resultantes desses tipos de lesão não têm natureza civil ou trabalhista, mas, sim, natureza constitucional.

Por essa razão, a prescrição aplicável às ações de reparação de dano decorrente de acidente de trabalho/doença profissional é a prevista no Código Civil, já que não há prazo expreso para as pretensões



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

relacionadas a danos personalíssimos, não olvidando que é a lei civil que socorre os casos de lacuna legislativa acerca da matéria. (Relator JORGE LUIZ VOLPATO – 0005019-90.2011.5.12.0050 - Publicado no TRTSC/DOE em 06-09-2012)

DANO MORAL E MATERIAL. ACIDENTE DO TRABALHO OU DOENÇA PROFISSIONAL. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS PESSOAIS. PRESCRIÇÃO DECENAL PREVISTA. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL VIGENTE. INÍCIO DA CONTAGEM. Em hermenêutica jurídica, a interpretação deve ser feita sempre em favor daquele a quem visa a norma resguardar. Nesse sentido, o instituto da prescrição no Direito do Trabalho deve ser enfocado sob o prisma das particularidades e dos princípios que o norteiam. Dessarte, não se enquadra o pleito de indenização dos danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho ou doença profissional como hipótese de reparação civil stricto sensu. Trata-se, sim, de pretensão de reparação de danos pessoais, cuja regra prescricional aplicável é a prevista no art. 205 do Código Civil vigente. (Relatora Juíza Águeda Maria L. Pereira - Publicado no TRTSC/DOE em 15-08-2012 - 1ªC RO 0001863-79.2011.5.12.0055)

PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE DOENÇA OCUPACIONAL. A prescrição é fixada no momento em que houve a lesão, caso contrário, a parte seria prejudicada justamente pelo instituto que tem como objetivo a segurança jurídica. Por se tratar de pedido de indenização por dano moral e material decorrente de ato ilícito, deve ser observada a prescrição prevista na Lei Civil, incidindo à



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

hipótese o artigo 205 de mencionado diploma legal, que fixa o lapso de tempo de dez anos para a reparação de dano pessoal. (RO 0000097-43.2012.5.02.0472 Relator: LUIZ CARLOS G. GODOI 2ª Turma - 18/02/12)

Portanto, conforme salientado na inicial, a Autora vem a juízo pleiteando, em nome próprio, direito seu, pois é notório que os danos morais e materiais pugnados referem-se aos transtornos e angústias causados à família do *de cujus* em virtude do seu falecimento que, segundo alegam, decorreu das condições de trabalho às quais o mesmo era submetido. Portanto, sendo decorrente de relação trabalhista, competente a justiça do trabalho. E sendo direito personalíssimo da Autora, cabível o prazo prescricional previsto no código civil, decenal, nos termos do seu art. 205.

Tal ilação, por conseguinte, afasta a alegada prescrição, visto que, tendo o óbito ocorrido em 2005, e tendo a presente ação sido ajuizada em 22/03/2011, o interregno acima encontra-se dentro do prazo decenal concedido pelo Código Civil.

Ademais, observe-se que o prazo previsto na legislação previdenciária para que os beneficiários exijam do INSS o adimplemento de auxílio- acidentário ou aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho é de cinco anos, não havendo lógica jurídica para que em relação ao trabalhador acidentado seja considerado prazo menor, como o bienal trabalhista, ou o prazo prescricional de três anos, previsto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil. Veja-se, nesse sentido, o que preconiza o art. 104, da Lei 8.213/1991 :

Art. 104 - As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 5 (cinco) anos, observado o disposto no art. 103 desta Lei, contados da data:



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

I - do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social; ou

II - em que for reconhecida pela Previdência Social a incapacidade permanente ou o agravamento das sequelas do acidente.

Portanto, o prazo prescricional a ser considerado no presente caso deve ser o decenal, previsto no art. 205, do Código Civil, não havendo de se falar, por conseguinte, em prescrição no caso em tela.

Dá-se provimento.

E por estar a instrução exaurida, passa-se ao exame do mérito.

Da Relação entre a doença adquirida pelo Autor e o trabalho por ele exercido

Superada a questão prescricional, analisa-se a questão atinente ao nexo causal entre o trabalho exercido pelo empregado e a doença por ele desenvolvida, Hepatite C – doença esta que desencadeou os demais eventos danosos que culminaram na morte do mesmo.

Afirma a Autora que as condições de trabalho promovidas, eram propícias para acarretar a mazela que acometeu seu cônjuge, sobretudo em virtude do compartilhamento de máscaras de mergulho pelos funcionários, e pela possível transmissão da doença por essa via, sendo certo que o mergulho e grandes profundidades ocasiona sangramentos nos mergulhadores, o que pode ter sido o



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

meio de contágio que fez o fez adoecer.

Não assiste razão à Autora.

Ocorre que, apesar das alegações colacionadas e das provas documentais por ela produzidas, a prova pericial desenvolvida nos autos atestou não haver nexo causal entre a atividade desenvolvida pelo falecido e a doença por ele desenvolvida – o que se depreende do laudo pericial apresentado às fls. 363/381, e da resposta aos quesitos de fls. 432/436, ambos de lavra da perita Dra. Nadja Fracoso Albino . Veja-se, a corroborar a alegação, as seguintes passagens:

“Especificidade da relação causal e 'força' da associação causal: o 'agente patogênico ou o 'fator de risco' podem estar pesando de forma importante entre os fatores causais da doença. R: Não existe fator causal entre o agente da Hepatite C e a atividade laborativa”. (fl. 374)

“O conhecimento do 'estado anterior', para avaliar o favorecimento ou não ao estabelecimento do nexo causal entre o óbito e o trabalho desenvolvido pelo 'de cujos'. R: Não há nexo causal entre o óbito e a atividade exercida pelo 'de cujos'”. (fl. 375)

“9) Finalmente, após todas as análises realizadas, queira o 'expert' responder se efetivamente houve nexo de causalidade entre o ambiente de trabalho e as atividades exercidas pelo falecido e a doença que lhe acometeu (hepatite C) e respectivo óbito. R: Não”. (fl. 375) (grifos no original)

“7) CONSIDERANDO-SE AS PROVAS DOS AUTOS, DO PONTO DE VISTA MÉDICO, PODE-SE CONSLUIR (sic)



PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

QUE HOUVE ALGUM GRAU DE CULPA DA EMPRESA RÉ, NO CASO, PELA MORTE DO FINADO FUNCIONÁRIO, SEJA POR NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA? R: Não". (fl. 378) (grifos no original)

Quanto à contaminação por compartilhamento de máscaras e sangramentos dos mergulhadores, havia necessidade de prova específica de que tal fato tivesse ocorrido com o Autor e, ainda, a existência de algum colega contaminado que pudesse ter com ele trocado máscara. Sem tais elementos de prova, a hipótese não passa de mera conjectura.

Portanto, em não havendo prova de nexo causal entre a conduta da Ré ou a atividade exercida pelo falecido, e o dano causado, não há de se falar em responsabilização.

Nega-se provimento.

DISPOSITIVO

Ante o acima exposto, conhecer-se o recurso e, da-se provimento para afastar a prescrição mas, avançando no cerne da pretensão, julgar improcedente o pedido formulado.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento para afastar a prescrição e, avançando no cerne da pretensão, julgar improcedente o pedido formulado, com ressalva de fundamentos do Desembargador Roque Lucarelli Datolli e do Juiz Leonardo Dias Borges.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Gabinete Juiz Convocado 9
Av. Presidente Antonio Carlos, 251 6º Andar - Gab.56
Castelo Rio de Janeiro 20020-010 RJ

PROCESSO: 0000318-07.2011.5.01.0046 - RTOrd

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 2012.

Giselle Bondim Lopes Ribeiro

Relatora